

atas

10. Congresso

SOPCOM

Ciências da Comunicação

Vinte Anos de Investigação em Portugal

atas

10.º Congresso

SOPCOM

Ciências da Comunicação

Vinte Anos de Investigação em Portugal

Título	Ciências da Comunicação Vinte Anos de Investigação em Portugal
Editores	Teresa Antas de Barros ; Sónia Ferreira ; Paula Lobo ; Salomé Morais ; Paula Rodrigues ; Filomena Sobral ; Luís Sousa
ISBN	978-989-99840-4-2 Viseu, 2019 © O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização da publicação de imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.
eBook	998 páginas
Design	Paula Rodrigues
Paginação	Pedro Araújo
Edição	SOPCOM / Instituto Politécnico de Viseu

G.T. 11 - HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO

573

JORGE SOUSA

SUBSÍDIO PARA O ESTUDO DAS ORIGENS DO JORNALISMO ICONOGRÁFICO EM
PORTUGAL: REVISTAS ILUSTRADAS, GRAVURA E FOTOGRAFIA (1835-1914) 574

FERNANDO STRONGREN

TRIBUNA DO POVO E O JORNALISMO ANARQUISTA NO INTERIOR DO BRASIL
(1916-1917) 600

HELENA LIMA E OLÍVIA PESTANA

A PERDA DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS NA ÍNDIA. ENQUADRAMENTOS
NOTICIOSOS NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS E JORNAL DO COMÉRCIO..... 615

MARCO GOMES

O JORNALISMO ITALIANO NOS ANOS 70: LIBERDADE DE IMPRENSA, PROCESSOS
DE CONCENTRAÇÃO E NOVAS PRÁTICAS DISCURSIVAS 625

G.T. 12 - JORNALISMO E SOCIEDADE

641

ANA FONSECA E INÊS AMARAL

DO TRADICIONAL ESPAÇO PÚBLICO AO “NOVO” DIGITAL: A APROPRIAÇÃO PELA
AUDIÊNCIA NOS MEIOS DIGITAIS. PARA UM ESTUDO DO PANORAMA PORTUGUÊS 642

FRANCISCO VERRI E ÉBIDA SANTOS

O ENQUADRAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL EM PORTUGAL E NO BRASIL: UMA
ANÁLISE DO CORREIO DA MANHÃ (PT) E DA FOLHA DE S. PAULO (BR)..... 650

ANDREIA FREITAS, ANA SILVA E SUSANA AMANTE

RE[A]PRESENTAÇÕES DO JORNALISMO DE INVESTIGAÇÃO NA VOZ DOS
PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO 663

BÁRBARA AVRELLA E BEATRIZ DORNELLES

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NO CONTEXTO LOCAL-REGIONAL:
UM ESTUDO COMPARATIVO DO BRASIL E PORTUGAL 684

NELSON OLIVEIRA, LUÍSA CAMPOS, MARIA NEVES, MARIA RIBEIRO E MARIA BARBOSA

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IMAGEM DO OUTRO NA IMPRENSA REGIONAL: OS
REFUGIADOS NO DISCURSO DE DOIS DOS MAIS REPRESENTATIVOS JORNAIS DA
BEIRA INTERIOR 697

JÚLIA BARROS E JOÃO JÚLIA BARROS E JOÃO ROCHA

ELEIÇÕES DE CABO VERDE: DA LUSA ÀS REDACÇÕES 712

JÚLIO PINTO

A TIPOGRAFIA NA *WEB*, CASO DE ESTUDO NOS JORNAIS *ONLINE* PORTUGUESES..... 726

G.T. 12

JORNALISMO E SOCIEDADE



RE[A]PRESENTAÇÕES DO JORNALISMO DE INVESTIGAÇÃO NA VOZ DOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO

“RE[A]PRESENTATIONS OF INVESTIGATIVE JOURNALISM IN THE VOICE OF COMMUNICATION PROFESSIONALS

Andreia Freitas¹

Ana Isabel Silva²

Susana Amante³

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo de
investigação;
representações;
verdade; denúncia;
padrão

Resumo

Nas múltiplas funções e decisões do jornalista, questionámo-nos sobre as fronteiras entre o jornalismo quotidiano, que responde às exigências e desafios da comunicação social, da sociedade de massas e da informação imediata, e o jornalismo que seleciona e trabalha situações ambíguas, dedicando-se à investigação depurada e cirúrgica. Neste artigo, propomos caracterizar o perfil do jornalista de investigação em território nacional, contribuindo para a sua (re)definição. Partindo da análise de entrevistas a profissionais de um jornal diário português, procuramos: a) descrever representações do jornalismo de investigação nacional, na voz de profissionais que o praticam; b) conhecer as práticas de jornalismo de investigação em Portugal no séc. XXI. Discutiremos as respostas destes profissionais, escrutinando uma linha cronológica de casos investigados e desvelados a partir do pós 25 de abril. Para a sua compreensão à luz do que foi o jornalismo de investigação antes e depois do século. XXI, procedemos à análise de dois casos memoráveis: Aurélio Cunha, com a investigação de Sangue Contaminado, e Alexandre Panda, ao investigar um caso de corrupção em Felgueiras.

KEYWORDS

investigative
journalism;
representations;
truth; complaint;
pattern

Abstract

Within the multiple tasks and decisions undertaken by journalists, we questioned ourselves about the frontiers between daily journalism, which responds to the demands and challenges of social communication, mass society and immediate information, and the type of journalism that selects and works on ambiguous issues, engaging in polished and surgical investigation. In this article, we intend to characterise the profile of the investigative journalist within our national boundaries, contributing to its (re)definition. Departing from the analysis of interviews with professionals of a Portuguese daily newspaper, we aim to: a) describe representations of national investigative journalism, in the voice of professionals who practise it; b) to know the practice of investigative journalism in Portugal in the 21st century. We will discuss the answers of these professionals, scrutinizing a chronological line of cases investigated and unveiled from the post 25th April onwards. For it to be understood in light of what investigative journalism was before and after the 21st century, we analysed two remarkable cases: Aurelio Cunha, with the investigation of Contaminated Blood, and Alexandre Panda, when investigating a case of corruption in Felgueiras.

¹ Universidade do Minho. Email: Andreiaf121@hotmail.com.

² Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu. Email: aisilva@esev.ipv.pt.

³ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Email: susanamante@utad.pt.

Introdução

O profissional de jornalismo e a atividade de jornalismo ancoram-se na leitura do mundo e na descrição do mesmo com o propósito de o mudar. Ler o mundo pressupõe implicar-se nos acontecimentos como observador, mas também como investigador que decide o que está na agenda, como também o que está para além da agenda e que carece de escrutínio e aprofundamento.

Neste trabalho, centramo-nos no estudo do jornalismo de investigação (JI), enquanto prática identificada como especializada, por um lado; por outro, como um espaço democrático ao contribuir para a divulgação, denúncia de situações insólitas e que prejudicam o cidadão comum. Decorrente da natureza das situações investigadas, são diferentes as repercussões no tecido social, económico, político e judicial. Porém, a sua revelação é promotora de mudança também pelo exercício de liberdade em Portugal. É frequente constatar-se notícias nos jornais nacionais e regionais que resultaram do trabalho, não do jornalista, mas de agências noticiosas e comerciais, bem como do trabalho de Relações Públicas (RP). Há, assim, uma decadência do trabalho autónomo dos jornalistas, motivado por diversos fatores. Por um lado, a crise nas redações, que originou o emagrecimento das mesmas e, consequentemente, a subcarga para os jornalistas que ficaram nos jornais; por outro lado, há cada vez mais jornalistas que abandonam esta profissão para exercerem assessoria, o que leva à proliferação de comunicados elaborados com mais rigor e prontos a publicar.

Neste contexto, este artigo pretende perceber onde se encontra o jornalismo de investigação, e em que condições, enquanto prática autónoma, rigorosa, morosa e denunciante. Após realizadas nove entrevistas a jornalistas que exercem atualmente funções num dos jornais com maior difusão nacional, constatámos um decréscimo das investigações jornalísticas e um aumento do trabalho dos RP e de notícias “pré-elaboradas”. No entanto, casos mediáticos como o da Casa Pia e, mais recentemente, a Operação Marquês, bem como outros como os que analisaremos no presente artigo, Sangue Contaminado e Corrupção em Felgueiras, denotam a importância que o jornalismo de investigação possui.

Tais conclusões conduzem a uma reflexão profunda sobre a prática de jornalismo de investigação e sobre o tempo de investimento, com repercussões para o espaço democrático português.

O Jornalismo de Investigação

O jornalismo é entendido como uma atividade autónoma e sociojuridicamente legitimada. De acordo com Alan Knight, “pode dizer-se que é a escrita não ficcionada (notícia) que se baseia em fontes identificáveis” (Mascarenhas, 2016, p. 7). Mas, se assim o é, questiona-se o porquê de vários autores fazerem uma distinção clara entre jornalismo quotidiano/comum e jornalismo de investigação.

O “jornalismo comum”, termo utilizado para facilitar a distinção de Jornalismo de Investigação de entre os demais tipos de jornalismo, dedica-se a recolher depoimentos, a fotografar e, posteriormente, a relatar os factos. No jornalismo de investigação, o trabalho investigativo parte da denúncia prévia do caso, através de rondas telefónicas, da acusação de ocorrências por *email*, telefone, ou outro meio semelhante. Por esse motivo, raramente o “jornalismo comum” é tido como jornalismo de investigação (Mascarenhas, 2016).

Na mesma linha de pensamento, Hugo de Burgh (2008, p. 10) postula que este profissional é associado à figura de um herói em missão:

cuja profissão é descobrir a verdade e identificar lapsos em qualquer meio que possa estar disponível. O ato de fazer isto é genericamente apelidado de jornalismo investigativo e é distinto de trabalho aparentemente semelhante feito pela polícia, advogados, auditores e órgãos reguladores na medida em que não é limitado ao alvo, nem legalmente financiado ganhando dinheiro para os editores de meios.

Com efeito, o jornalista de investigação é, frequentemente, tido como um agente que contribui ativamente para a melhoria da sociedade, tal como Mascarenhas observa (Figura 1).



Figura 1: Pressupostos do jornalismo de investigação (Mascarenhas, 2016, p. 7)

Papel do Jornalismo de Investigação

À luz do exposto anteriormente, o jornalismo de investigação, tal como o “jornalismo comum”, partilham o objetivo de tornar público aquilo que é legítimo e cujo conhecimento se

considera útil para o cidadão. Isto porque o jornalismo é visto como uma instituição social cuja função mais relevante é a sua natureza política, seguida do drama-social e do mercado económico-financeiro, na medida em que está vinculada à democracia e à vida pública (Leal, Jácome & Manna, 2013).

Mascarenhas (2016) vai além da discussão sobre a natureza do jornalismo de investigação, para se centrar na sua metodologia, postulando que este tipo de jornalismo:

não é um somatório ou uma reunião de peças com descobertas e dados de outros, mas uma pesquisa original levada a cabo por repórteres utilizando muitas vezes o material mais em bruto. Podem ser entrevistas extensivas, ou a harmonização ou comparação de factos e números. (p. 32)

A este propósito, Tankard, citado por Hugo de Burgh (2008, p. 265), compara os jornalistas a cientistas sociais, já que os primeiros “confiam na verificação por observação ou testemunho; aspiram a fazer apenas aquelas declarações que podem ser corroboradas e verificadas e, assim, alcançar a imparcialidade; eles atribuem ou citam opiniões ou descobertas e visam a validade interna e externa”.

Em particular, no que concerne à política, a importância do JI é comprovada pelo predomínio de casos de denúncias da corrupção que aparecem na arena mediática. Na verdade, os média têm tido o papel de denunciar a corrupção política, de tal forma que, como se postula em *Investigative Journalism* (de Burgh, 2008, p. i), “o jornalismo investigativo tem ajudado a derrubar governos, prender políticos, acionar legislação, revelar erros judiciais e envergonhar corporações”.

Se é certo que as mensagens veiculadas nos meios de comunicação social podem afetar quer positiva quer negativamente os atores sociais, no caso da corrupção política a denúncia dos casos afeta a imagem e reputação dos envolvidos e, conseqüentemente, resulta em mudanças em torno da vida política e eleitoral do país (Castells, 2009).

As Características da Investigação Jornalística

Fazer investigação no jornalismo pressupõe que sejam percorridas várias etapas a fim de se alcançar factos que ainda não são publicamente conhecidos, bem como a comprovação de informações. Este processo requer que o jornalista procure a informação de forma autónoma e independente, identifique o problema e as fontes a utilizar, avalie a verosimilhança dos dados e, por último, se dedique ao tratamento das informações recolhidas (Santana, 2011).

Em contrapartida, o trabalho rotineiro do jornalista consiste na confirmação de factos e recolha de informação que chega através de *press release*, da voz ativa do cidadão, por telefone ou email (Santana, 2011).

Apurar factos e investigá-los é um processo mais complexo. Investigar implica que o jornalista esteja envolvido numa série de “predisposições, pressupostos, compromissos e técnicas jornalísticas” (Santana, 2011, p. 32). Ou seja, quem envereda pelo JI está automaticamente envolto numa predisposição para relatar algo que ainda é desconhecido, que seja do interesse público, muitas vezes até pela justiça, no caso de crimes (Santana, 2011).

Este impulso de informar tem resultado, ao longo da história do jornalismo, de vários casos de denúncia, de exposição, de esclarecimento, ou até mesmo de prestação de um “serviço” público (Santana, 2011).

O principal objetivo deste género jornalístico é “aproximar-se do interesse público, culminando num princípio de fomento de um ideal democrático” (Santana, 2011, p. 45). O jornalismo de investigação encontra-se, na literatura existente sobre a temática, associado ao género jornalístico reportagem devido à sua profundidade de pesquisa e de extensão e até mesmo na forma de exposição dos factos (Santana, 2011).

A Decadência do Jornalismo Autónomo

Um estudo realizado por Justin Lewis, Andrew Williams e Bob Franklin, em 2008, veio provar a decadência do jornalismo de investigação. Os investigadores analisaram as fontes noticiosas patentes em grandes jornais do Reino Unido, nomeadamente: O *The Guardian*, *The Times*, *The Independent*, *The Daily Telegraph* and *The Mid-Market*, *Daily Mail* (Lewis, Williams & Franklin, 2008).

Dessa análise, foi possível apurar que uma quinta parte das notícias são elaboradas por RP. Tal facto deriva, segundo os autores, das inúmeras vantagens que o envio de *press release* para as redações dos jornais, por parte daqueles profissionais, acarreta para os jornalistas e para os seus órgãos sociais. Ou seja, os RP enviam informações referentes aos locais onde trabalham (governo, câmaras municipais, marcas, instituições, entre outros) para as redações dos jornais, sendo muitas vezes o envio dessas informações uma tentativa de intimidação do público-alvo das instituições que representam, de modo a promovê-los (Lewis et al, 2008).

Os profissionais de RP, ao enviarem os comunicados para as redações dos jornais estão a poupar tempo e recursos aos média, uma vez que os jornalistas já não necessitam de se deslocar aos locais, ou de efetuar chamadas para as respetivas fontes de informação

(Lewis et al, 2008). Essa facilidade, no que concerne à aquisição de conteúdos noticiosos por parte dos RP, tem resultado na publicação de 60% de notícias pré-elaboradas por estes profissionais (Lewis et al, 2008).

TABLE 6
Stories in which PR materials are replicated (%)

	Press	Broadcast
All from PR	10	10
Mainly from PR	9	7
Mix of PR with other information	11	14
Mainly other information	11	21
Looks like PR but not found	13	6
No evidence	46	42

Tabela 1: Notícias publicadas em jornais tendo por base o trabalho das Relações Públicas (Lewis *et al.*, 2008, p. 7)

Na Tabela 1, é possível observar que 60% das notícias da imprensa dependem total ou parcialmente de informações pré-elaboradas, ao passo que 20% dependem, em graus variados, dos RP e de agências materiais. Ou seja, falamos num total de 80% do trabalho jornalístico.

Dos 20% restantes, apenas 12% estão sem qualquer pré-elaboração e, em 8% dos casos, não foi possível confirmar a presença de conteúdos elaborados por RP (Lewis et al, 2008).

As notícias patentes, especialmente, nos meios de comunicação impressos, são frequentemente recicladas de outro local. Embora os dados da Tabela 1 permitam constatar que 60% de notícias são pré-elaboradas por profissionais de RP, o certo é que este estudo comprovou que raramente existe uma referência à fonte, ou seja, a maioria dos conteúdos não refere, por exemplo, “de acordo com...”, “um comunicado de imprensa da entidade X sugere que...”, entre outros mecanismos frequentemente utilizados pelos jornalistas para identificação das suas fontes (Lewis *et al*, 2008, p. 9).

Tais factos não são sinónimos de que o material de RP seja, por definição, problemático. Pelo contrário, tem vindo a ajudar o trabalho jornalístico. O certo é que, se os RP são os autores de 60% das notícias dos jornais, só 40% das notícias são realizadas por jornalistas, embora isto não signifique que estes 40% estejam ligados à prática de JI, já que as notícias podem ser resultado de, por exemplo, consulta de outras fontes ou de verificação de informação (Lewis et al, 2008).

Um estudo mais recente elaborado pela Universidade do Minho sobre fontes de informação em notícias de saúde deu conta de que a maioria das notícias são elaboradas a partir de documentos ou informações veiculadas por fontes oficiais. Os motivos prendem-se, como ilustra a Tabela 2, com o facto de as “fontes oficiais e especializadas institucionais parecerem dominantes na noticiabilidade em saúde, espelhando a sua crescente organização em matéria de assessoria de imprensa, assim como a dificuldade dos jornalistas em descodificarem a informação médico-científica” (Lopes, Ruão, Marinho, Fernandes & Gomes, 2012, p.10).

Área	Fontes de informação	Público	Jornal de Notícias	Expresso
Campo da Saúde	Oficiais	18	13	5
	Especializadas institucionais	19	20	2
	Especializadas não institucionais	3	7	2
	Documentos	7	4	1
Fora do campo da saúde	Oficiais	0	0	1
	Especializadas institucionais	1	0	0
	Especializadas não institucionais	1	1	0
	Media/sites noticiosos	7	7	0
	Documentos	2	0	0
	Pacientes/familiares	8	13	5
	Cidadão comum	0	11	0
	Outros	7	1	2
	Não identificável	0	3	0

Tabela 2: Estatuto das fontes de informação (Lopes et al, 2012)

As autoras deste artigo salientam que os jornalistas recorrem cada vez mais a comunicados, conferências e a eventos, denotando assim a capacidade do trabalho dos RP e Assessores de imprensa em influenciarem a agenda mediática através da entrega de produção informativa em pacotes de informação previamente trabalhados (Lopes et al, 2012).

Os Contornos da Crise do Jornalismo de Investigação

Para melhor percebermos os motivos que, possivelmente, estão na origem de dados como os anteriormente indicados, debruçamo-nos sobre a crise do jornalismo. A crise

ocidental vem na sequência do impacto tecnológico, da crescente popularidade dos telejornais e da tabloidização da imprensa, algo que se constatou ao verificar a diminuição da tiragem dos jornais (Leal et al, 2013).

No final do século XX, apareceram vários estudos que apontavam que estávamos perante uma “crise das grandes narrativas”, ou seja, que o jornalismo apresentava os fenómenos sociais através de novas narrativas. Considera-se que tal situação era provocada pelas mudanças sociais: a base do pensamento ocidental, os valores e as formas de compreensão do mundo e da trajetória humana. Essa crise evidenciava a frustração da humanidade no que concerne ao projeto de modernidade, a partir da desestabilizadora percepção de que as “promessas do discurso moderno não se cumpriram historicamente” (Leal et al, 2013).

Nesse sentido, a reflexão acerca da crise do jornalismo não se pode desvincular da discussão acerca da crise da modernidade. Para Dahlgren, citado por Leal et al (2013), o jornalismo está atualmente a passar por um enfraquecimento e desmoralização. Além disso, o seu papel principal, atuar na democracia, está a diminuir, em parte devido ao impacto das novas tecnologias.

Na verdade, as novas tecnologias proporcionaram novos desafios e exigências no seio dos jornalistas. Estes profissionais foram obrigados a adaptar-se à nova realidade, nomeadamente à panóplia cada vez mais vasta de instrumentos de pesquisa, tratamento e edição de dados. As novas tecnologias vieram proporcionar a hibridez das linguagens (imagem, som, texto), isto é, a conjugação de diversas linguagens que resultaram numa nova linguagem (Fidalgo, 2005).

Este impacto é comprovado, por exemplo, pela conveniência de se criar um Núcleo Sindical de Jornalistas On-line, que advém da necessidade de estabelecer quem pode ser considerado jornalista nas publicações eletrónicas, para que não sejam confundidos com outros produtores de conteúdos sem capacidade editorial (Fidalgo, 2005).

A Crise nas Redações dos Jornais

As novas tecnologias acarretaram novas ferramentas de contacto com a audiência, promoveram o desenvolvimento da expressão mais pessoal, que veio complementar o trabalho informativo tradicional (Fidalgo, 2005).

Estes avanços aumentaram o nível de competição entre os órgãos de comunicação, que passaram a trabalhar a um ritmo de minuto-a-minuto do ciberespaço. Esta conjuntura veio aumentar os constrangimentos dos jornalistas, visto que passaram a sentir necessidade de chegar o mais cedo possível aos locais, aumentar a velocidade de escrita de modo a

serem os primeiros a publicar conteúdos no ciberespaço, o que evidencia a competitividade entre os meios (Fidalgo, 2005).

Ao mesmo tempo, as pressões sobre os jornalistas aumentaram. Devido ao alargamento da paginação dos jornais nacionais nas duas últimas décadas, a produtividade dos jornalistas aumentou, ao contrário do número de jornalistas nas redações, que tem vindo a diminuir. O tempo para a realização de um número acrescido de notícias é o mesmo, o que consequentemente tem aumentado o impacto e a dependência do trabalho dos RP e do trabalho de assessoria de imprensa, face aos jornalistas. Lewis et al (2006) acrescentam:

Essas pressões sugeriram jornalistas vinculados à mesa para desenvolver uma crescente dependência de fontes pré-embaladas de notícias decorrentes da indústria de relações públicas e agências de notícias. Em conjunto, esses fatores estão no coração dos debates sobre a qualidade e independência do jornalismo britânico. (p. 4)

Além disso, como a situação económica dos jornais se mostra mais debilitada, há uma maior dependência dos jornais face a instituições e entidades que lhes forneçam financiamento.

Âmbito de Estudo e Metodologia Adotada

Para a inferência de dados novos sobre o caso a que nos propusemos estudar neste artigo, partimos de uma metodologia qualitativa. Para: a) descrever as representações do jornalismo de investigação no panorama nacional; e b) tomarmos conhecimento das práticas de jornalismo de investigação em Portugal no século XXI; foi aplicada uma entrevista (com cinco questões), a nove profissionais do jornalismo que exercem essa profissão, atualmente, num jornal diário nacional. Perante os resultados, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo.

No que concerne à (c) comparação das práticas e procedimentos do jornalismo de investigação antes e depois do século XXI, recorreremos novamente a uma entrevista e consulta documental. Para tal, centrámo-nos nos depoimentos de dois jornalistas responsáveis por revelarem dois casos memoráveis: Aurélio Cunha, com a sua investigação do caso Sangue Contaminado, o que nos permitiu conhecer as práticas jornalísticas antes do século XXI; e Alexandre Panda, ao investigar um caso de corrupção em Felgueiras que espoletou um processo jurídico ao investigado, e que, com a sua resposta à nossa entrevista, possibilitou o reconhecimento dos procedimentos do jornalismo de investigação na atualidade.

Embora nos propuséssemos, inicialmente, a construir uma linha cronológica de casos de jornalismo de investigação desvelados a partir do pós 25 de abril, devido a fatores como o tempo e necessidade de acesso aos arquivos de vários jornais, não nos foi possível delinear essa linha cronológica. No entanto, e por considerarmos a pertinência da esquematização de casos de investigação realizados após 25 de abril, construímos uma linha cronológica a partir dos casos indicados pelos nossos entrevistados na questão cinco: “Que casos de Jornalismo de Investigação o/a marcaram mais nos últimos 17 anos?”.

Perante os casos indicados pela nossa amostra, foi possível construir uma linha cronológica dos casos mais mediáticos em Portugal e perceber: a) os anos em que a prática do jornalismo de investigação foi mais relevante; b) o género jornalístico em que o jornalismo de investigação é mais frequente. Neste artigo incidimos apenas sobre o primeiro ponto.

Discussão dos Resultados. As Representações do JI, na Voz dos Profissionais Que o Praticam

Para analisarmos os resultados obtidos pela aplicação da entrevista aos nove profissionais de um jornal nacional, organizámos os dados da pesquisa em colunas, para anotar as semelhanças e as diferenças entre as respostas a cada uma das cinco questões. No que concerne à definição do jornalismo de investigação na voz dos nossos entrevistados, foi possível constatar que há diferentes perceções sobre o jornalismo de investigação. Para facilitar o processo de análise, recorremos ao processo de categorização, em que, perante os dados, enquadrámos as respostas consoante a sua aproximação às duas definições encontradas no enquadramento teórico relativas ao JI.

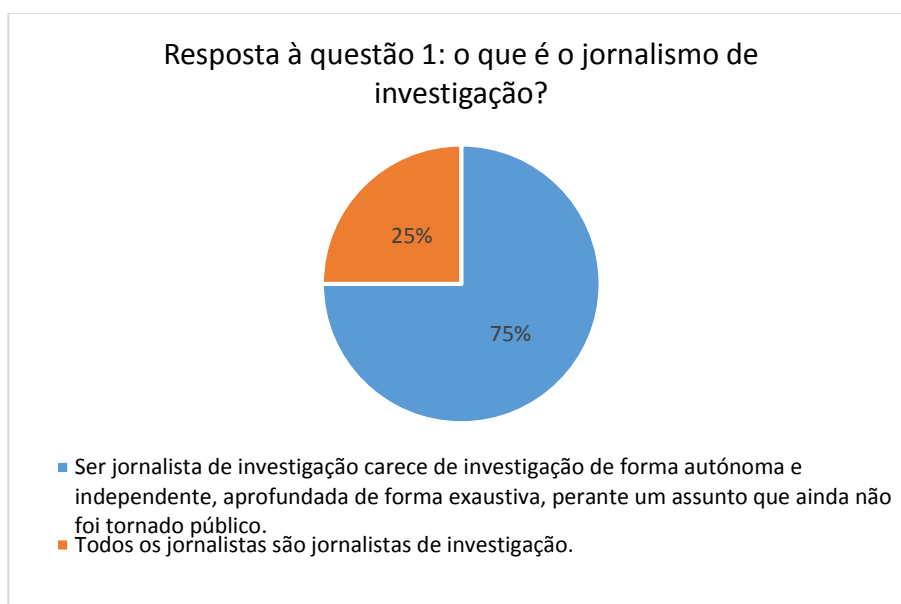


Gráfico 1: Primeira questão da entrevista

Se, por um lado, encontramos duas definições de jornalismo de investigação na revisão da literatura, em que uma faz uma distinção clara entre JI e o jornalismo comum, e a outra admite que todo o jornalismo carece de investigação, o certo é que ambas as perspetivas foram apontadas na nossa amostra.

O jornalismo de investigação como área distintiva do demais jornalismo que se encontra nos média representa 75% da opinião dos nossos entrevistados. O entrevistado número 5 refere que “um jornalista de investigação é aquele que se dedica a matérias que são desconhecidas do grande público e que são graves ao ponto de ser obrigação da imprensa denunciá-las, como escândalos económicos ou políticos, casos de pedofilia, fraudes, etc”. No entanto, há quem defenda que todo o jornalismo exige investigação, não havendo, portanto, uma distinção, pois “(...) todos os trabalhos exigem investigação. Seja a notícia de um buraco numa rua, de uma sessão de Câmara privada ou de uma rede de tráfico, cada uma à sua escala terá momentos de investigação” (entrevistado 9).

São, também, várias as características apontadas ao jornalismo de investigação pela nossa amostra, como podemos observar em termos quantitativos, no Gráfico 1.

O entrevistado 6 frisou que o JI se “dedica ao estudo de um determinado tema de forma exaustiva e, se possível, exclusiva”. A exaustividade ou, por outras palavras, a profundidade da investigação, foi a característica mais referenciada ao longo das nove entrevistas. Paralelamente está a exclusividade dos temas e o tempo que é investido para alcançar a exaustividade dos factos. A questão do tempo investido neste tipo de jornalismo foi várias vezes referenciada ao longo das respostas da nossa amostra. “Esse jornalista é aquele que dedica mais tempo e concentra as suas ferramentas e métodos de trabalho para aprofundar questões de interesse para a opinião pública”, referiu o jornalista número 4.

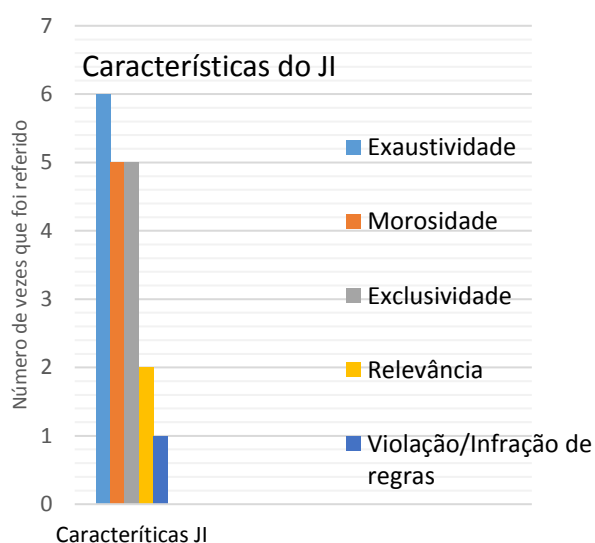


Gráfico 2: Tabela construída a partir das respostas da questão um da entrevista

Além dessas características, foi ainda pronunciado o fator de relevância pública, como salientou o mesmo entrevistado, ao afirmar que fazer jornalismo de investigação recai sobre “questões de maior interesse e relevância pública”. É curioso que uma das jornalistas tenha referido a questão da violação da regra, ou seja, violar, por exemplo, o segredo de justiça. Esta questão, embora tenha sido referenciada apenas por um dos seis entrevistados, vai ao encontro dos testemunhos de Alexandre Panda e Aurélio Cunha.

Das questões 1 e 2 da entrevista, retiramos ainda outras ilações: as características inerentes ao profissional que se dedica ao jornalismo de investigação. No entanto, nesta questão número 2, a maioria dos entrevistados (75%) salienta que não há um perfil específico do jornalista que faz investigação.



Gráfico 3: Segunda questão da entrevista

Para o jornalista número 1, “ao longo das carreiras, cada profissional segue o seu percurso, havendo quem siga desde o início o JI – se a empresa der condições para isso – e há quem vá descobrindo que tem mais apetência para esse tipo de trabalhos (...)”.

Já para a entrevistada número 5, um jornalista de investigação:

(...) precisa ter ou ser muito mais de tudo: ter muita disponibilidade de tempo (ir atrás de uma fonte à hora que tiver de ser, fazer uma viagem inesperada para conseguir um documento, etc); ter muita paciência (porque a informação tarda a chegar e por vezes é falsa e tudo parece que volta atrás); ser chato o suficiente para não desistir das fontes; ter experiência e o discernimento suficientes para saber distinguir o essencial do acessório; por vezes ser até politicamente incorreto porque o meio em que o caso se desenvolve assim o exige; ter coragem e não se deixar intimidar, pois não é invulgar os jornalistas serem ameaçados (no extremo, até assassinados); ser uma pessoa que ainda não está desencantada com a profissão, que ainda não se deixou acomodar (...).

Há, de facto, vários entrevistados que vão ao encontro da perspectiva do número 1 mas que, tal como o entrevistado 5, acabaram por traçar, ao longo do seu discurso, um perfil específico do jornalista que pratica JI: profissional com persistência, perspicácia, paciência, sentido crítico, curiosidade, capacidade de confrontação, faro jornalístico e rigor. Estas foram as características apontadas pelos nossos entrevistados ao perfil do jornalista que faz JI. Porém, a persistência foi o nome mais referenciado, com uma incidência de quatro vezes.

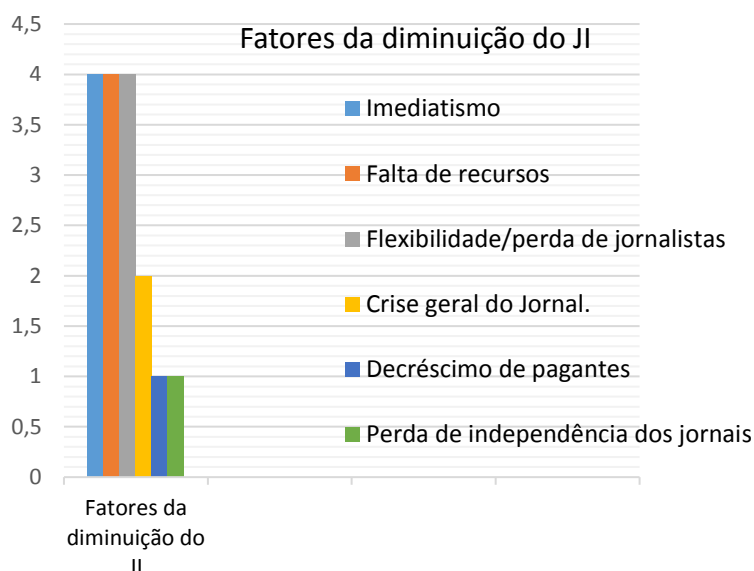


Gráfico 4: Terceira questão da entrevista

A Perceção da Amostra no Que Concerne à Decadência, ou Não, do Jornalismo de Investigação

Se contabilizarmos o número de respostas que confirmam que “o jornalismo de investigação morreu em Portugal”, verificamos que nenhum dos entrevistados concorda totalmente com a afirmação. No entanto, a maioria (77%) concorda com o facto de que essa prática decresceu ao longo dos anos. São vários os fatores apontados para tal fenómeno, como ilustrado no Gráfico 4.

Alguns jornalistas contrapõem esta decadência dando exemplos de casos em que o jornalismo de investigação ainda se verifica. Falamos do caso do programa *Sexta às 9* da RTP, ou as equipas de publicações semanais, como o *Expresso* ou a revista *Visão*. Se verificarmos o conteúdo da resposta do entrevistado 4, percebemos que vai ao encontro da perspectiva de alguns entrevistados relativamente ao facto de que o JI é mais fácil de se fazer no jornalismo semanal (*Expresso*, *Público*, *Visão*).

Deste, destaca-se a voracidade da informação e a falta de recursos, nomeadamente económicos e temporais. A voracidade da informação advém do impacto que a internet tem

vindo a demonstrar ter no seio da nossa sociedade. Com a internet, surgiu o conceito de imediatismo “a informação na hora, em cima do acontecimento (uma exigência até do leitor/ouvinte/telespectador) que não proporciona trabalhos a longo prazo”, como afirmou o jornalista 1.

No que concerne à falta de recursos, podemos inferir que é global a perspetiva de que “Portugal sofreu, nos últimos anos, os vários golpes nas suas estruturas internas e hoje vemos várias redações que foram brutalmente emagrecidas”, como referiu o entrevistado 5. Esta crise no jornalismo denota que há “cada vez menos recursos económicos” disponibilizados aos jornalistas. O jornalismo de investigação carece de “dinheiro para sustentar o trabalho, desde a necessidade de se recorrer a equipamentos, os meios de transporte (porque uma reportagem não se faz a partir de um computador) e, claro, para pagar à equipa de jornalistas”, de acordo com o entrevistado 4.

Meios para Recolha de Informação em Jornalismo de Investigação

Relativamente aos meios utilizados, apontados no Gráfico 5, para recolher informações, os jornalistas admitem que qualquer possibilidade, desde que fiável, é aceitável. No entanto, a maioria (40%) afirmou que toda a informação passa por contactar as fontes, visto que são elas que fornecem a informação primordial. Esse contacto com as fontes pode ser feito de diversas formas, como através do telefone ou das redes sociais.

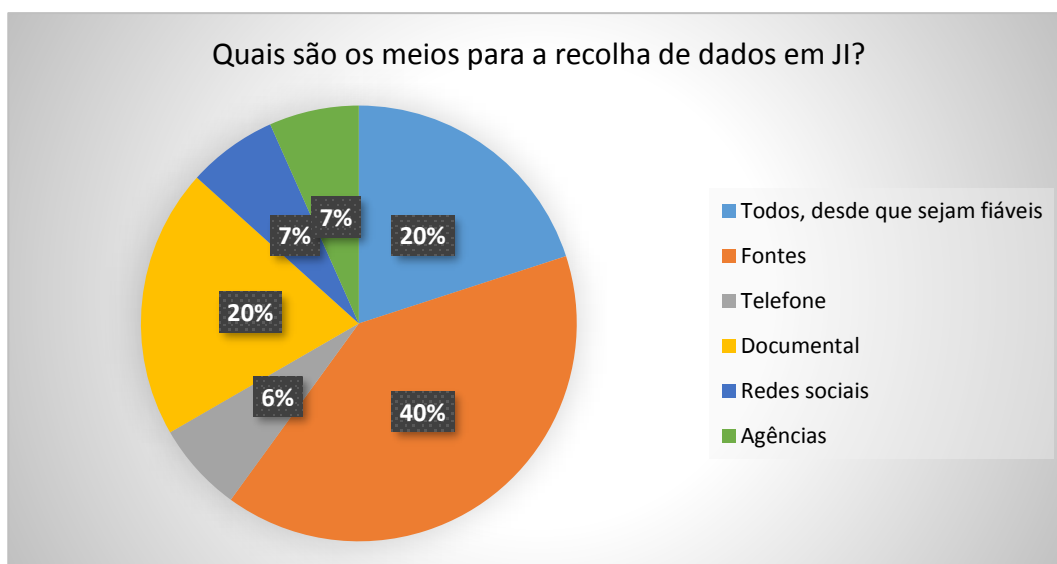
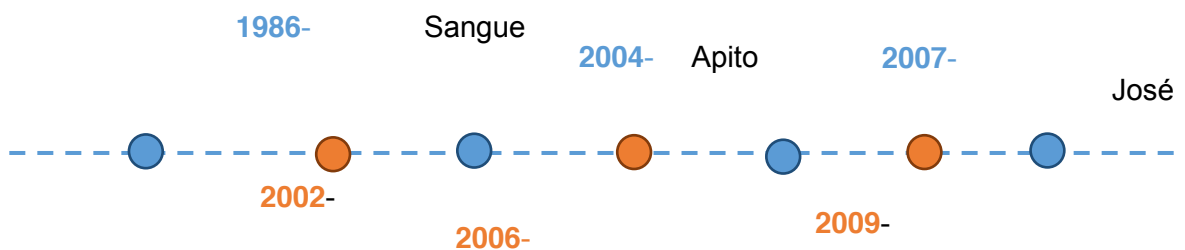


Gráfico 5: Quarta questão da entrevista

É interessante observar-se que a amostra já menciona meios de recolha de informação eletrónica, embora sejam apenas 7%. Considerou-se pertinente questionar a nossa população em estudo relativamente aos casos que, enquanto jornalistas e cidadãos,

consideram ser mais importantes ao longo dos últimos 17 anos. Há quem mencione que todos os trabalhos de investigação jornalística com conteúdo relacionado com política e situações financeiras foram importantes pela sua relevância para a população. No entanto, a maioria da amostra referiu casos específicos. É incontornável que seis dos nove entrevistados mencionaram o processo Casa Pia. Foi um trabalho jornalístico que, de facto, teve repercussões sociais de extrema importância, mantendo, inclusive, até ao momento, um indivíduo preso. Além desse caso, foram apontados outros que, por curiosidade, se relacionam com conteúdos políticos e económicos, mais precisamente, de corrupção.

Linha Cronológica de Casos Mais Mediáticos de Jornalismo de Investigação Apontados pela Amostra



Esta linha cronológica, construída a partir da opinião da nossa amostra relativamente aos casos mais mediáticos, em Portugal, e Jornalismo de Investigação, dá-nos conta de que os jornalistas consideram que a maioria dos casos mais importantes de JI arrancaram há 10 anos, sendo que o período em que tal jornalismo se verifica mais regular é entre 2002 e 2009. Se contabilizarmos as distâncias temporais dessas investigações, constatamos que decorreram de dois em dois anos (até 2006 – ano em que se procedeu à investigação BPN, em 2007). Porém, ao longo das nossas pesquisas foi possível perceber que alguns destes casos, como é o caso da Operação Marquês, ainda decorrem na justiça.

Ao analisarmos esta linha cronológica, percebemos que todos eles estão relacionados com crimes. Dentro deles, observamos que dos sete casos indicados, apenas dois (Sangue Contaminado e Casa Pia) não envolveram o crime de corrupção. Apenas um deles – Apito Dourado – se insere na secção de desporto. Os demais inserem-se em sociedade (Casa Pia), economia/política (Face oculta, BPN/BES; José Sócrates; Operação Marquês).

Alterações do Jornalismo de Investigação Realizado Antes e Depois de 2000

Caso Sangue Contaminado (1985)

Aurélio Cunha foi o mentor de uma investigação que decorreu em 1985 e terminou, aproximadamente, cinco anos depois. A este jornalista, já conhecido pela prática de JI, chegou uma nova denúncia (Cunha, 2015).

Em 1985, Gina (denunciante) relatava a Aurélio Cunha que vários indivíduos do sexo masculino iam até ao pátio do prédio onde habitava para “espreitar as pernas das senhoras que, como o elevador estava avariado, tinham de ir pelas escadas” (Cunha, 2015, p. 121). Sobre esse assunto, o jornalista considerou que o tema não cumpria os critérios de noticiabilidade. Ainda assim, Gina continuou a conversa e referiu que esses homens iam todas as noites para o segundo andar do prédio.

O faro jornalístico de Aurélio Cunha resultou na curiosidade no que concerne aos motivos pelos quais aquelas pessoas se moviam, todos os dias, até ao segundo andar. Através da denúncia de um caso de que ninguém possuía conhecimento, o jornalista, durante cinco anos, envolveu-se numa pesquisa morosa e intensa, que o obrigou a infiltrar-se e fingir ser um daqueles homens: mendigo que dava sangue a fim de obter uma esmola (Cunha, 2015).

Começou a minha inquietação. Em dias de folga comecei a frequentar tabernas e, também, as filas da sopa dos pobres, na ordem da Trindade e na Casa de Saúde da Boavista, a fim de me infiltrar junto daqueles que vendiam o sangue. (Cunha, 2015, p. 122)

Aurélio Cunha infiltrou-se descobrindo, assim, que o sangue era proveniente de marginais e, ao mesmo tempo, não sujeito a controlo. Consequentemente, o número de infetados com SIDA, no país, estava a aumentar já que o sangue, utilizado para transfusões, estava contaminado.

Alguns outros especialistas afirmavam que a minha investigação ia no caminho certo. Mas nenhum deles quis dar a cara, embora eu já não tivesse muitas dúvidas. Enquanto não houvesse uma personalidade médica que fosse capaz de subscrever a verdade da situação, seria muito difícil o trabalho ser publicado. E, caso fosse publicado, as reações do Ministério da Saúde, tutelado pela ministra Leonor Beza, reduzir-me-iam em pó. (Cunha, 2015, p. 124)

Aurélio não sujeitou a sua fonte de informação ao anonimato. Em contrapartida, viu-se obrigado a pedir revisão do texto por Benvindo Justiça, a sua fonte institucional, antes de

entregar a reportagem à chefia. O jornalista admite tê-lo feito para averiguar o rigor do texto e para testar a fonte “relativamente à firmeza das suas afirmações” (Cunha, 2015, p. 128). A notícia foi publicada em 1988, três anos depois do início da investigação.

Esta investigação veio denunciar um caso grave em Portugal. Com esta investigação decorreram vários processos disciplinares aos órgãos relacionados com a saúde, e foi aprovada nova legislação na Assembleia da República face às transfusões de sangue (Cunha, 2015).

Caso de Corrupção em Felgueiras (2017)

Alexandre Panda estava a almoçar em Paredes, em 2017, quando colocou o seu faro jornalístico em ação. Um procurador da justiça, que conhecia de outros trabalhos jornalísticos, encontrava-se a servir cervejas à mesa naquele estabelecimento. A estranheza da conciliação de duas atividades distintas, procurador e empregado de balcão, espoletou a investigação.

Foram as várias conversas sobre o procurador que encaminharam Alexandre Panda até aos casos “ilícitos por trás” daquele homem. Já estava a decorrer uma investigação judicial ao procurador, mas, na praça pública, o caso continuava desconhecido. Algumas pessoas possuíam conhecimento sobre o caso, essas “boas e bem colocadas fontes de informação, algo que se tem de ter para se fazer jornalismo de investigação”, que denunciaram ao jornalista que o procurador estava envolvido em crimes de corrupção, abuso de poder e falsificação de documentos.

Então fui para Felgueiras, contactar com algumas fontes, saber o que tem feito nos últimos anos, porquê que ele está em casa, porquê que está de baixa há mais de um ano, onde andou a gastar dinheiro, enfim, tentar perceber junto do círculo de amigos dele o que é que andava a fazer. Foi então que me disseram que ele tinha pedido empréstimos e pelo que me constou, “algumas dessas empresas até já foram alvo de buscas por parte da judicária. Tentei perceber qual seria a contrapartida desses empréstimos, confirmei que havia esses empréstimos (relato da fonte).

Embora o caso já estivesse a ser alvo de investigação, o certo é que Alexandre Panda já tinha visto outros casos semelhantes abafados e prescritos. “São pessoas com poder, influentes, trata-se de um procurador”, frisou Alexandre Panda. O poder do indivíduo afastava o caso da comunicação social. Foi o faro jornalístico do profissional que fez com que os crimes do procurador ficassem conhecidos nacionalmente, em vez de escondidos e prescritos na justiça.

Alexandre Panda salientou, em entrevista, que não violou o segredo de justiça, uma vez que as suas fontes de informação lhes forneceram as provas e os relatos necessários para a confirmação dos factos. Alguns meses depois da publicação da notícia, saiu uma acusação, por parte do Ministério Público, que fazia do procurador, “não um mero suspeito, mas acusado formalmente de vários crimes”.

Comparação dos Casos

A investigação de Alexandre Panda não demorou cinco anos, nem cinco meses. O jornalista salientou que não deixou de trabalhar diariamente no seu jornal para levar a cabo a investigação jornalística, como fez Aurélio Cunha. “Fui ouvindo coisas, montando o puzzle”, referiu o entrevistado, acrescentando que “a investigação deve ter demorado cerca de três meses”.

Sendo que a atualidade jornalística recorre, com frequência, a meios tecnológicos, como redes sociais ou chamadas telefónicas, para contactar com as suas fontes de informação, o certo é que o caso analisado de 2017 desenvolveu-se, segundo Alexandre Panda, do contacto direto com fontes. “É preciso teres um contacto bom com as fontes, ir a uns almoços, uns jantares, conviveres, para que as pessoas saibam que és de confiança”, referiu o jornalista em entrevista.

Já no caso de JI de Aurélio Cunha, a denúncia foi feita através do telefone. No entanto, o autor do trabalho jornalístico revelou que a recolha, confrontação e comprovação dos factos exigiu a sua presença, a tempo inteiro, obrigando-o a submeter-se a baixa médica para romper com o seu ritmo diário na redação do jornal.

Ambos os casos se revelaram importantes no seio da sociedade, tendo-se, por isso, justificado todo o esforço por parte dos profissionais. Esse esforço exigiu a Aurélio Cunha a revelação da sua fonte, mesmo sabendo dos perigos a que a mesma passava a estar sujeita, bem como tendo consciência de que poderia perder a confiança dessa fonte. Foi por esse motivo que o investigador submeteu o seu texto à revisão da sua fonte.

Já Alexandre Panda preferiu recorrer ao anonimato das fontes, justificando com o facto de ser a forma mais segura para eles, o que consequentemente resulta na confiança mútua entre jornalista e fonte. Por esse motivo, não sujeitou o texto a revisão das fontes.

Sangue Contaminado 1985	Corrupção em Felgueiras 2017
<ul style="list-style-type: none"> •Telefonema (denúncia) •Análise de documentos (investigação) •Desconfiança Jornalista •Infiltração do Jornalista •Baixa médica •5 anos de investigação •Revelação da fonte •Texto revisto por fonte 	<ul style="list-style-type: none"> •Presencial (denúncia) •Telefone e presencial (investigação) •Desconfiança Jornalista •Viagens e conversas com fontes •Investigação dentro do trabalho •3 meses de investigação •Fontes anónimas •Texto sem revisão das fontes

Tabela 4: Comparação das características dos casos em análise: Sangue Contaminado; Corrupção em Felgueiras

Conclusões

“Crise no jornalismo”, são muitos os investigadores e profissionais que proferem estas palavras para descreverem as mudanças existentes no jornalismo atual. Mas os pilares desta crise assentam em pontos diferentes: por um lado, existe uma crise resultante do emagrecimento constante nos média, devido aos constrangimentos económicos existentes; por outro lado, a mudança do paradigma da comunicação resultante da emergência de novas tecnologias que acarretaram mudanças intensas.

Há, efetivamente, uma nova forma de fazer jornalismo. O tempo escasseia para corresponder ao número, crescente, de trabalho que cada profissional tem de desempenhar em tempo útil. Os olhares atentos de profissionais de RP, de assessores de comunicação e empresas, perante a situação jornalística, tentaram auxiliar os meios de comunicação nas suas tarefas diárias. Com isso, cerca de 60% do trabalho proliferado nos média deriva do trabalho dos RP. Este facilitismo na obtenção da informação traz consigo um problema: a diminuição de trabalho autónomo, profundo, confirmativo, exaustivo, moroso e, sobretudo, exclusivo que o jornalista desenvolve com frequência.

Se atendermos às características do JI, percebemos que há diferença entre o jornalismo quotidiano, oriundo de trabalho pré-elaborado com interesses comerciais adjacentes, e o jornalismo de investigação (JI). Todavia, há quem defenda que o JI é o jornalismo de excelência e, por isso, fazer esse tipo de jornalismo é a meta que o profissional deverá desejar alcançar em todos os seus trabalhos.

Com o passar dos anos, temos vindo a assistir a uma queda acentuada do número de casos que se inserem no panorama do JI. Casos esses que são caracterizados por possuírem uma extrema importância social, na medida em que revelam casos de interesse público, tendencialmente graves e, por isso, abafados pelos atores sociais.

De 2002 a 2007 aconteceram quatro casos que se inserem no padrão do JI descrito nesta investigação: casos de relevância pública – como o processo Casa Pia – que parte de trabalho autónomo do jornalista e que dá origem a trabalhos exclusivos e exaustivos no tratamento dos dados. No entanto, de 2007 até 2017, ou seja, em 10 anos de jornalismo, apenas houve dois casos de JI que cumpriram estes requisitos. Tal facto comprova a nossa tese de que a conjuntura social e interna das redações encaminhou os média para um jornalismo pré-elaborado, em detrimento do jornalismo de investigação.

O JI requer, mais do que um profissional dotado de características distintas – espírito crítico, capacidade de confrontação, faro jornalístico, rigor e persistência – uma conjuntura nas redações que permita a elaboração destes trabalhos.

É, assim, necessário haver recursos económicos que suportem o trabalho exaustivo do jornalista, já que pode precisar de fazer viagens, dialogar pessoalmente, entre outros condicionantes. Em contrapartida, as novas tecnologias vieram diminuir essa obrigatoriedade de deslocação para alcançar as fontes de informação, já que tudo passou a estar disponível através de um telefonema ou de um clique.

O maior constrangimento atual reside no facto de haver cada vez menos profissionais para cada vez mais tarefas nas redações. O imediatismo, característica do jornalismo como consequência das potencialidades das novas tecnologias, tem obrigado os jornalistas a estarem atentos “ao segundo” para que possam atualizar a informação “ao minuto”. Mas esta característica do JI já era considerada um entrave antes do ano 2000, já que profissionais como o analisado para este artigo tinham que recorrer a uma baixa médica para se ausentarem da redação a fim de alcançarem a exaustividade dos factos. Esta prática não se verificou, neste estudo, como recorrente. Em contrapartida, utilizam tecnologias como telefone para não perderem tempo em viagens. Ora, a morosidade do trabalho investigativo não coincide com o imediatismo do jornalismo quotidiano que se pratica atualmente.

Assim, embora por constrangimentos temporais não tenha sido possível escrutinar um maior número de entrevistas, os dados obtidos nas mesmas confirmam que há uma distinção clara nas entre o JI e o jornalismo comum. Os constrangimentos económicos e laborais têm-se manifestado um entrave à prática deste jornalismo de excelência.

Sendo este o jornalismo que reúne as maiores potencialidades da prática jornalística, consideramos que esta é uma área pela qual jornalistas e investigadores se devem debruçar afincadamente, em prol do “bom nome” associado à profissão, bem como ao bem-estar social, causa primordial a que se dedica o jornalismo.

Referências Bibliográficas

- de Burgh, H (ed.). (2008). *Investigative journalism*. Londres: Routledge.
- Castells, M. (2009). *Communication power*. New York: Oxford University Press.
- Cunha, A. (2015). *Um repórter inconveniente: bastidores do jornalismo de investigação*. Lisboa: Chiado Editora.
- Fidalgo, J. (2005). *Novos desafios a um velho ofício ou... um novo ofício? A redefinição da profissão de jornalista*. Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/7448>
- Justin, L.; Andrew, W.; & Bob F. (2008), A compromised fourth estate?, *Journalism Studies*, 9(1), 1-20. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616700701767974>
- Leal, B.S., Jácome, P. & Manna, N. (2013). A crise do jornalismo: o que ela afirma, o que ela esquece. In 9.º Encontro Nacional da História dos Mídia, UFOP. Minas Gerais, Brasil. Retirado de: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20140122184549/http://www.levesoninquiry.org.uk/wp-content/uploads/2011/12/Exhibit-ref.-2.pdf>
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., Fernandes, L. & Gomes, S. (2012). Transplantes em notícia: um jornalismo delineado em factos declinados por fontes oficiais. *Revista Organicom*, 9, 16-17.
- Mascarenhas, O. (2016). *Detective historiador*. Portugal: Âncora Editora.
- Santana, A. (2011). *Jornalismo possível, "cordialidade" e investigação*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. Retirado de: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2873>.